

AUDITAR PARA CONHECER E MUDAR O RUMO



RODRIGO VIEIRA DE ÁVILA
POR ANA LÉCIA DE OLIVEIRA

Economista da Auditoria Cidadã da Dívida, uma organização sem fins lucrativos, Rodrigo Vieira de Ávila defende um exame minucioso sobre a dívida pública, com a participação da sociedade, ao mesmo tempo que traça um panorama dos impactos do endividamento nas contas dos governos e na vida das pessoas

Qual o valor da dívida pública federal hoje e o que isso representa?

A dívida pública federal hoje, principalmente a dívida interna, chega aos R\$ 5 trilhões. É um valor realmente astronômico. Esse é um estoque imenso da dívida sobre o qual incidem juros, e esses juros e amortizações, que são o pagamento do principal, consumiram 40% do orçamento federal no ano passado, o que significa dez vezes o que foi gasto, por exemplo, em saúde ou em educação. Ou seja, o que se gasta com juros e amortizações dessa dívida brutal é dez vezes o gasto em áreas sociais fundamentais. E aí é que surge a questão sobre como chegamos a esse ponto. Muitos analistas dizem que seria porque o Brasil gasta muito com as áreas sociais, com Previdência, servidores públicos, mas, na realidade, o que fez essa dívida crescer não foram os gastos sociais, até porque de 1995 a 2015 nós tivemos um superávit primário de R\$ 1 trilhão, ou seja, arrecadamos R\$ 1 trilhão a mais do que gastamos na área social, e mesmo assim a dívida se multiplicou de R\$ 86 bilhões em 1995 para R\$ 4 trilhões em 2015. Então, na verdade, o que a fez crescer foram juros sobre juros e colocados em patamares altíssimos, sem justificativa técnica. E a Auditoria Cidadã da Dívida busca investigar as causas desse crescimento astronômico.

Por que o senhor considera necessária a auditoria da dívida?

Durante as última décadas nós tivemos superávit primário, ou seja, o governo arrecadou mais do que gastou nas

áreas sociais. Então, por que essa dívida cresceu tanto? Quando nós analisamos, verificamos que o principal fator de crescimento são as altíssimas taxas de juros e vários outros mecanismos financeiros. O Brasil sempre foi campeão mundial em taxas de juros, e isso sempre foi justificadas pelas autoridades do país como uma forma de combater a inflação, mas, quando a gente olha as verdadeiras causas da inflação no Brasil, verifica que são preços administrados pelo próprio governo, ou seja de energia, combustíveis, plano de saúde. São todos os preços regulados pelo governo, ou seja, não adianta aumentar juro para controlar inflação que é feita por decreto. Agora, nós estamos experimentando uma inflação baixa não por conta de taxa de juros, mas em função de uma queda no preço de alimentos devido a fatores climáticos e outros, e a questão dos preços administrados continua subindo, porém em menor nível do que nos anos anteriores. A inflação cai, mas não tem nada a ver com a taxa de juros. Então, será que nós realmente precisávamos dessa taxa de juros ou ela apenas serviu para aumentar a dívida pública? Nos anos 90, o governo federal assumiu dívidas dos estados, como no caso do Rio Grande do Sul, e essa dívida virou dívida interna federal sem nenhuma auditoria.

O que é a Auditoria Cidadã da Dívida e como começou esse movimento?

A Constituição de 1988 traz em seu artigo 26 das disposições transitórias a previsão de auditoria da dívida pública e esse artigo nunca foi cumprido. No

ano 2000, nós tivemos um plebiscito em que 6 milhões de pessoas votaram pela realização da auditoria da dívida pública. Como não houve essa auditoria oficial, pelos governos, nós criamos um movimento que visa a uma auditoria feita pela sociedade, informal, para investigar que dívida é essa que está levando, por exemplo, dez vezes mais recursos que a educação, dez vezes mais que a saúde. Então, exatamente para lutar pelos direitos sociais, várias instituições se juntaram nessa campanha e formaram a Auditoria Cidadã da Dívida, que é uma entidade da sociedade civil. Nós temos por exemplo, várias sindicatos da área do Fisco, como o Ceape (Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul), e vários outros da educação, de saúde, ou seja, uma representação abrangente de vários setores da sociedade, até porque a dívida afeta todos, que apoiam essa luta e contribuem de várias formas.

Como acontece essa mobilização?

As pessoas têm contribuído com estudos, análises da conjuntura, de como a dívida afeta cada um, sobre a questão de a destinação de grande parte do orçamento para a dívida pública prejudicar áreas sociais e o próprio desenvolvimento. Vivemos numa recessão muito grande e agora que estamos começando a nos recuperar, mas ainda bem lentamente. Então, para combater efeitos danosos da dívida e investigá-la, nós temos apoio das entidades, com seminários, oficinas, publicações. Temos feito também cursos para grupos de alunos, atividades de rua,



panfletagem, mostrando dados da dívida, assim como audiências públicas em Assembleias Legislativas. Existe hoje a Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública na Câmara Federal, com mais de 200 signatários. Há uma mobilização muito grande para investigar essa situação.

Como o senhor avalia a questão dos juros de uma dívida não auditada?

Existe um círculo vicioso da dívida, ou seja, quanto mais incidem os juros mais ela cresce, e, se incidem mais juros, nesse meio tempo o governo fica de certa forma refém dessa situação, porque os bancos exigem determinada taxa para poder emprestar para o governo pagar a própria dívida. Então, é uma ciranda financeira que, para rompê-la, é preciso fazer auditoria. Por isso, nós reivindicamos aos governos que façam a auditoria para mostrar que essa dívida tem que ser questionada.

Como a proposta de Reforma da Previdência se insere nesse contexto?

Existe toda uma argumentação falsa sendo divulgada de que essa dívida que temos hoje seria originada pelos altos gastos com Previdência, por exemplo. Tivemos um déficit primário de R\$ 1 trilhão, de 1995 a 2015, e mesmo assim a dívida se multiplicou em mais de 40 vezes. Então, é um grande engodo falar que essa dívida veio da Previdência. Na verdade, a Previdência está inserida no Sistema de Seguridade Social, que inclui as áreas de Assistência e Previdência e é superavitário. O verdadeiro vilão das contas públicas não é a Previdência, é a dívida pública. Nós defendemos reformas, mas desde que venham para melhorar os benefícios, e não piorar. A Previdência não é a responsável pela crise fiscal brasileira, se é que se pode dizer que existe uma crise fiscal. Na verdade, é uma crise da dívida, porque é preciso destinar o orçamento para a dívida pública e aí, obviamente, os gastos sociais ficam prejudicados. Dinheiro existe, o problema é que está sendo destinado para outras áreas, como os juros e amortizações da dívida.

O senhor vê relação entre a política de controle de gastos e a questão da dívida?

Tivemos em 2016 a aprovação da Emenda Constitucional 95, chamada Emenda Constitucional do Teto de Gastos. Mas, quando a gente olha o que ela é realmente, vê que foi um teto de gastos sociais e não limitou o principal gasto do orçamento que é aquele com a dívida pública. Essa emenda não se destinou a controlar as finanças públicas, mas, sim, a tirar mais dinheiro da área social e colocar na dívida pública. Então, hoje não existe teto para controle de gastos para a dívida, que é o principal gasto. Se nós queremos falar de controle de gastos, teríamos que incluir, principalmente, o gasto com a dívida pública. Por isso, se deveria controlar o gasto com a dívida pública por meio de auditoria que pudesse verificar realmente que dívida é essa, se ela é legal, se é legítima.

O processo do endividamento é transparente na sua avaliação?

O principal fator de crescimento dessa dívida são juros, cuja definição não é transparente, porque o Brasil sempre foi o país com os juros mais altos do mundo mesmo em situações de extrema recessão. E por que esses juros foram colocados em patamares tão altos? O Japão, por exemplo, tem juros negativos. Então, por que são necessárias tais taxas de juros, qual a transparência que existe sobre a definição delas? Não há transparência. A justificativa de combate à inflação é falsa, porque a inflação no Brasil decorre, principalmente, de preços administrados pelo próprio governo e preços de alimentos de-

“Os estados continuam pagando ad infinitum, porque nunca vai terminar isso, pois os juros são tão grandes que quanto mais se paga mais se deve. E a população dos estados e os governos também são penalizados, para subsidiar o pagamento de uma dívida federal, que também está cheia de indícios de ilegitimidade.”



RICARDO GIUSTI

correntes de fatores climáticos. Não há transparência, por exemplo, também sobre quem são os beneficiários dessa dívida. Já enviamos vários requerimentos de informação para saber para onde está indo o dinheiro público. Em qualquer obra do governo, é obrigação dizer para onde vai o dinheiro. Existe o site da transparência, para se ver para onde está indo o recurso, mas, quando clicamos para ver sobre a transparência dos gastos com juros e amortizações, aparece uma mensagem dizendo que não se pode saber. O primeiro passo para a gente saber o que fazer com a dívida é saber quem ela beneficia e isso também não é transparente. Por isso, é fundamental uma auditoria.

O senhor poderia citar exemplos de auditorias da dívida no mundo?

Experiências recentes e antigas mostram a possibilidade de a auditoria anular grande parte das dívidas. Por exemplo, tivemos no Brasil a auditoria feita pelo governo Vargas, que identificou várias ilegalidades nos contratos. Também tivemos uma no Equador, recentemente, que mostrou irregularidades de contratos feitos sem os requisitos jurídicos necessários, assinados por pessoas que não tinham poder para isso. Havia várias ilegalidades, renúncia à soberania do país, renúncia até a possibilidade de pedir prescrição de dívidas prescritas. Governos equatorianos no passado abdicaram de pedir a prescrição de dívidas e resolveram voltar a pagar as que até já estavam anuladas. Mas, com a auditoria, de 2007 a 2009, o Equador pôde identificar essas ilegalidades, divulgá-las didaticamente para a população, como, por exemplo, a questão do quanto já havia sido pago. A dívida do país era de cento e poucos milhões de dólares em 1976, foram pagos 7 bilhões a mais do que o recebido nos 30 anos seguintes e, no final, a dívida era de 4 bilhões de dólares. É uma história bem parecida com a do Brasil. Então, no caso do Equador, quando essas coisas foram colocadas claramente e se chamou a sociedade civil para fazer a auditoria junto com o governo,

foram mostradas todas as ilegalidades. O governo foi à cadeia de rádio mostrar isso com uma didática muito boa e, com a população a favor da anulação, foi possível anular 70% dessa dívida com bancos privados internacionais. É a prova de que a auditoria funciona e pode ser uma saída para esse círculo vicioso que o Brasil vive hoje.

Qual sua avaliação sobre a questão das dívidas dos estados com a União?

É muito importante a discussão das dívidas dos estados, porque elas são parte integrante do sistema da dívida nacional. Uma parte desses 40% do orçamento público destinados a juros e amortizações da dívida vem exatamente do pagamento do que os estados devem. Existe, além da federal, a dívida dos estados com a União, que começou nos anos 90, basicamente, e cujos pagamentos que os estados fazem, por lei, têm que ir para o governo federal, para também fazer os pagamentos da dívida dele. Então, na verdade, existe todo esforço que os estados estão fazendo, inclusive com parte da arrecadação de ICMS, que as pessoas pagam com tanto custo, por exemplo, na sua conta de luz, na sua conta de telefone, pagam ICMS altíssimo nos combustíveis, e grande parte disso há décadas vai para a União a título de pagamento de uma dívida que já foi paga várias vezes. Em 1999, os débitos dos estados eram de cerca de R\$ 93 bilhões e foram pagos, até 2015, R\$ 277 bilhões, ou seja, três vezes o que se devia antes. E, em 2016, a dívida era de cinco vezes o que era antes, chegando a mais de R\$ 400 bilhões. Os estados continuam pagando *ad infinitum*, porque nunca vai terminar isso, pois os juros são tão grandes que quanto mais se paga mais se deve. E a população dos estados e os governos também são penalizados, para subsidiar o pagamento de uma dívida federal, que também está cheia de indícios de ilegitimidade.